

## Diagnosticar a Segurança no Município II - Etapas

Iniciar um processo municipal de superação do crime e da violência exige que o próprio prefeito assuma a coordenação dos trabalhos ou que haja alguém por ele investido publicamente de poder para tanto. Não é por falta de vontade que muitas prefeituras nada fazem, mas é porque o tema é complexo, está interconectado com diversos aspectos da vida urbana e se relaciona com diferentes grupos e organizações subordinadas a outros níveis de governo que nem sempre têm canais de diálogo entre si.

Um primeiro passo pode ser convidar as organizações, ligadas ou não ao poder público, para conversar, buscando estabelecer um mínimo denominador comum na leitura do cenário. Uma das maneiras de reunir os parceiros pode ser a realização de conversas bilaterais e, num segundo momento, reuniões de articulação, com dinâmicas de mediação que efetivamente levem em conta as sugestões e restrições de cada um.

A partir desta articulação inicial, consolida-se um grupo de parceiros da prefeitura para prevenção do crime e da violência. Isto não quer dizer que outros grupos não serão mais envolvidos. Pelo contrário, com o andar do processo é fundamental envolver cada vez mais organizações de mais níveis de governo. Será papel deste primeiro grupo constituído, coordenar o processo de diagnóstico e seus desdobramentos. Internamente ao grupo é importante estabelecer e pactuar as responsabilidades de cada um.

Um diagnóstico deve incorporar informações objetivas, como dados quantitativos, e subjetivas como grupos focais, entrevistas ou rodas de debate com diferentes perfis de moradores, sobre diversos aspectos relacionados ao crime e à violência. Um diag-

nóstico participativo, e que leve em conta a sensação dos moradores a respeito da segurança, além de trazer para o centro da discussão a leitura de diferentes grupos locais sobre a realidade vivida, também envolve estes grupos desde o início para a compreensão do problema e a identificação das potencialidades de cada um para a superação da situação constatada.

Quanto ao levantamento das informações objetivas, pode-se optar por informações primárias ou secundárias. As primárias são aquelas produzidas diretamente por quem vai utilizá-las, como um questionário aplicado pela própria prefeitura. As fontes secundárias são aquelas geradas por algum órgão oficial de pesquisa, como IBGE, centros universitários, centros de produção de mapas de georeferenciamento, etc.

Nem sempre as informações estão acessíveis ou sistematizadas de acordo com a necessidade do diagnóstico. É preciso ser criativo para utilizar os diferentes registros feitos no cotidiano de uma gestão, como anotações informais de atendimentos realizados ou dados que aparentemente só interessam para uma secretaria e por isto não são muito divulgados, etc.

Independentemente da fonte utilizada, é importante articular as informações provenientes das múltiplas fontes oficiais (polícias, guarda municipal, secretarias de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano, dentre outras) com a informação proveniente da escuta de diversos grupos.

O passo seguinte é territorializar as informações, ou seja, compreender como a violência se distribui na região estudada, buscando identificar alguns fatores que estejam aumentando ou reduzindo a violência, como densidade populacional, condições socioeconômicas, acesso a terra e infra-estrutura urbanas, acesso a serviços como saúde, educação e lazer.

O vasto levantamento e territorialização das informações consolida-se com sua análise pelos diferentes atores envolvidos (gestores, comunidade, policiais, pesquisadores, etc). Para que todos possam participar do debate, os dados devem ser apresentados em linguagem compreensível, de preferência com

metodologia que facilite a análise. Não raro, faz-se um levantamento exaustivo e, no momento de se utilizar as informações, não há como compreender ou relacionar uma informação com a outra.

A partir de uma compreensão mais ampla da realidade do município, é possível estabelecer algumas prioridades de ação. Cada uma das prioridades exigirá estratégias, identificação dos principais grupos a serem envolvidos, levantamento de recursos necessários e os já disponíveis, estabelecimento de prazos para se reavaliar a situação.

O diagnóstico é um primeiro momento para a formulação de uma política ou projeto, e deve ser atualizado no decorrer do processo de implementação da política. Não é porque já se diagnosticou o problema que o trabalho está encerrado, pelo contrário, se as informações de diagnóstico não forem constantemente atualizadas, corre-se o risco de se perder o foco da política ou do projeto.